

CARTA ABERTA ÀS/AOS CANDIDATAS/OS AO PLEITO DE 2018

A educação, em todos os níveis e modalidades, as Universidades e os Institutos Federais como fatores do desenvolvimento nacional e da soberania

O PROIFES-Federação considera que o País enfrenta uma de suas maiores crises, não apenas no campo da economia, mas também da legitimidade, por parte de suas instituições. Nesse contexto, é tarefa essencial da entidade a firme defesa da Educação Pública, gratuita, universal e de qualidade, em todos os níveis, sobretudo no âmbito de sua principal área de atuação, o Ensino Superior, Técnico e Tecnológico: essa tem sido uma das principais bandeiras levantadas por nós, sempre na perspectiva da valorização dos profissionais da Educação, da melhoria constante das condições de trabalho no setor, da destinação de investimento para a área e do desenvolvimento científico, tecnológico e social, rumo a um Brasil menos injusto e mais solidário.

As Universidades, os Institutos Federais, a Ciência e a Tecnologia correm grave risco.

No período 2003-2015, em decorrência de uma política educacional positiva, as instituições públicas de Ensino Superior, Técnico e Tecnológico, em especial na esfera federal, experimentaram expressiva expansão. Essa realidade decorreu da disposição política dos governantes de então em investir na produção de conhecimento e na formação de profissionais qualificados para atender as demandas de crescimento do nosso país.

Houve a preocupação, importante e necessária, de incluir novos modelos pedagógicos que contemplassem outras culturas, visando aproximar o Brasil das realidades dos nossos vizinhos da América Latina, África e Caribe. Aqui inauguramos instituições de integração cultural como a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, e a Universidade da Integração Latino-Americana – UNILA, experiências extraordinárias, cujos frutos começam a aparecer.

A decisão acertada de ampliar os investimentos em Ensino Superior, Técnico e Tecnológico trouxe resultados significativos, como a elevação acentuada nas matrículas, particularmente nas Universidades e Institutos Federais, a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação e ainda o forte estímulo à pesquisa científica e à extensão. No campo da produção de conhecimento, o Brasil ostentava em 2005 a 23ª colocação entre os países que produzem Ciência e, uma década depois, em 2015, passou para a 13ª posição. Ao mesmo tempo, e também como reflexo dessa mesma política, foi duplicado nesse período o número de docentes com mestrado e doutorado no País.

É fundamental destacar que são as instituições públicas de Ensino Superior, Técnico e Tecnológico – hostilizadas pelos setores que defendem uma política de Estado Mínimo para o Brasil – que acolhem de forma gratuita estudantes oriundos de todas as classes sociais, credos, raças e localizações, oferecendo-lhes oportunidades de formação e crescimento profissional, fator essencial à redução das imensas desigualdades que ainda assolam o País.

Registre-se, também, que a construção e a ampliação das redes de Universidades e Institutos se fez a partir de uma luta ampla e histórica: várias gerações levantaram suas vozes para defender o modelo que ora temos no Brasil, fundado, inclusive, em princípios constantes da Constituição Federal (CF) de 1988.

Hoje, porém, esse legado está seriamente ameaçado pelas políticas propostas originalmente pelo atual – e ilegítimo – governo federal, e a seguir aprovadas pelo Congresso Nacional, em completa oposição ao caminho trilhado por administrações anteriores e em total descompasso com as propostas aprovadas nas urnas em 2014: está em curso uma drástica política de cortes e um inaceitável contingenciamento dos recursos que deveriam ser repassados às Universidades, aos Institutos Federais, à Ciência e à Tecnologia, com cortes de 15% no custeio e 40% nos investimentos em obras.

Foram R\$ 4,3 bilhões a menos de recursos destinados ao MEC para esse fim, dos R\$ 35 bilhões aprovados pelo Congresso Nacional.

As áreas de Ciência e Tecnologia foram, da mesma forma, brutalmente atingidas, com cortes que em 2018 atingiram 44% do total dos recursos destinados em 2016. Essas decisões irão impactar de forma catastrófica a produção científica nacional, tendo em vista que 90% dela é oriunda das Universidades Públicas e dos Institutos Tecnológicos. O resultado dessas iniciativas já se faz notar: laboratórios estão sendo fechados, projetos estão sendo cancelados, e o mais grave: está havendo uma fuga de pesquisadores para outros países, não só os jovens como também os mais experientes.

O PNE não será cumprido, afetando o ensino em todos os seus níveis e modalidades.

Entretanto, não apenas o Ensino Superior, Técnico e Tecnológico serão prejudicados. Não estão sendo e nem serão cumpridas nenhuma das metas previstas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pelo Congresso Nacional em 2014, como decorrência do congelamento imposto às áreas sociais pela Emenda Constitucional 95 (EC 95). Em vez disso, buscam os atuais governantes aprovar políticas privatizantes, como a Reforma do Ensino Médio e a retirada da Educação infantil do âmbito do FUNDEB.

O PROIFES demanda dos/as candidatos/as compromisso com a Educação.

Diante desses fatos e de muitos outros desmandos, a Conferência Nacional Popular de Educação, realizada em maio próximo passado, aprovou a Carta de Belo Horizonte. Assim, em consonância com as diretrizes aí dispostas, o PROIFES-Federação vem encaminhar às/aos candidatas/os ao pleito de 2018 o conjunto de propostas e demandas que se segue, considerados fundamentais para a garantia de uma Educação Pública, Gratuita, Universal e de Qualidade, em todos os níveis e modalidades.

DENTRE AS TEMÁTICAS GERAIS, REIVINDICAMOS:

➤ A DEFESA DA DEMOCRACIA E DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.

Todas as conquistas da sociedade brasileira foram alcançadas às custas de muita luta, quer no âmbito da sociedade civil organizada, sindicatos, associações e partidos políticos, quer pela via da manifestação popular, por meio da eleição direta dos nossos representantes. As conquistas no campo educacional resultaram da organização dos seus trabalhadores, que lutaram e ainda continuam lutando para alcançar melhores condições para o segmento. Sem Democracia é impossível avançar na educação. Superamos vários períodos de autoritarismo e, apesar de jovem, a nossa Democracia vinha sendo consolidada. Contudo, atravessamos hoje um momento preocupante, em que o Estado Democrático de Direito está sob forte ataque. O processo ilegal de retirada do poder de uma Presidenta eleita, a politização do Judiciário e o avanço de um “Estado Policial” são exemplos claros das atuais ameaças à nossa Democracia. É preciso que se mantenha o respeito e a submissão à CF de 1988, que a sociedade brasileira legitimou por meio de seus representantes constituintes.

➤ A IMEDIATA REVOGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95

É imperioso que o compromisso com a revogação imediata da EC 95, que proíbe investimentos nas áreas sociais por 20 anos. Essa Emenda, profundamente danosa aos interesses do País, imporá, em particular, a redução dos investimentos em Educação, inviabilizando a implantação do PNE.

➤ **A DEFESA DA DEMOCRACIA E DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

Que venham as imensas disparidades existentes, elevando impostos sobre a renda e a propriedade e reduzindo a taxaço sobre o consumo.

➤ **O NÃO ENCAMINHAMENTO DE QUALQUER REFORMA DA PREVIDÊNCIA QUE REPRESENTA MAIS PREJUÍZOS À PROTEÇÃO DOS TRABALHADORES, A REVOGAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA APROVADA PELO ATUAL GOVERNO E O FIM DA TERCEIRIZAÇÃO, INCLUSIVE NA EDUCAÇÃO, E DE TODOS OS ATAQUES AOS DIREITOS TRABALHISTAS.**

➤ **A REALIZAÇÃO DE UMA AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA**

Conforme previsto pela CF de 1988, de forma a estancar e rever os pagamentos de juros abusivos (os maiores do planeta) ao capital.

➤ **A REALIZAÇÃO DE ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE EXCLUSIVA**

EM RELAÇÃO A TÓPICOS ESPECÍFICOS DA EDUCAÇÃO, DEMANDAMOS:

➤ **A IMPLEMENTAÇÃO DO PNE, GARANTIDOS OS 10% DO PIB, ANUALMENTE, ATÉ O FIM DE SUA VIGÊNCIA.**

➤ **A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DO PRÉ-SAL PARA A EDUCAÇÃO E PARA A SAÚDE.**

➤ **O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E A REDUÇÃO PROGRESSIVA DO FINANCIAMENTO PÚBLICO PARA O SETOR PRIVADO DA EDUCAÇÃO.**

➤ **A RETOMADA DE AGENDA POSITIVA DE INVESTIMENTOS NAS UNIVERSIDADES E INSTITUTOS FEDERAIS**

Qualquer projeto de desenvolvimento deve passar necessariamente pelo fortalecimento da produção de saberes e da formação de mão de obra altamente qualificada. As Universidades e Institutos Federais, bem como toda a rede de educação superior pública, desempenham papel fundamental no apoio ao crescimento econômico, político e social do nosso povo. É por meio da formação acadêmica de excelência e da pesquisa científica que um País consolida a sua posição de soberania, posto que possuir conhecimento e dominá-lo é fator estratégico para qualquer nação. O PROIFES-Federação defende – conforme previsto pelo PNE – a pronta retomada dos investimentos em suas instituições de Ensino Superior, Técnico e Tecnológico, patrimônio valioso do povo brasileiro.

➤ **A GARANTIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO, INCLUSIVE NO ENSINO À DISTÂNCIA (EAD) E NOS CURSOS DE CURTA DURAÇÃO.**

➤ **O FIM DO CERCEAMENTO À LIBERDADE DE PENSAMENTO E DE ENSINO**

Através de projetos excludentes e conservadores – como por exemplo o da ‘Escola com Mordaca’, apresentado com o nome enganoso de ‘Escola sem Partido’ – que ferem a autonomia das instituições educativas, tanto da educação básica, quanto na educação superior, buscando impedir uma educação emancipadora.

➤ **A TRANSFORMAÇÃO DO FUNDEB EM POLÍTICA PERMANENTE DE ESTADO**

De forma a garantir a universalização e a qualidade da educação escolar básica e a valorização dos seus profissionais, sem redução de matrículas, bem como a manutenção, em seu âmbito, do ensino infantil.

➤ **A REDISCUSSÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**

Em oposição ao projeto do atual governo que exclui temas sociais sensíveis, como a discussão de gênero, além de engessar o currículo.

➤ **A RETIRADA DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO EM CURSO**

Que reduz o currículo, limitando o acesso dos jovens e adultos da classe trabalhadora à ciência, à cultura, e às tecnologias, além de abrir espaço para a ingerência do Banco Mundial e BIRD, com grave prejuízo da soberania nacional.

➤ **A REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO PRIVADA**

Como concessão pública sob a égide do Art.209 da CF de 1988 e do Art.7º da LDB, com as mesmas exigências legais aplicadas ao setor público.

➤ **A IMPLANTAÇÃO URGENTE DE PLANOS DE CARGOS E CARREIRAS, EM TODOS OS SISTEMAS DE ENSINO**

➤ **O FIM DA INTERFERÊNCIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NO FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO – FNE**

Com a reconstituição de sua composição original.

PROIFES-Federação, 28 de julho de 2018.